HISTÓRIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL NO BRASIL E NO MUNDO

(HISTORY OF EDUCATIONAL AND PROFESSIONAL ORIENTATION IN BRAZIL AND THE WORLD)

Arlete Freitas de SOUZA¹ Kauê Nicolas Volpe de FREITAS² Suelângela Rocha da Silva ARARIPE³

¹Escola Municipal de Ensino Fundamental Felício Rocha de Lima Secretaria Municipal de Vilhena Vilhena – RO arletefreitas24@hotmail.com

²Licenciatura Plena em Computação – Autônomo – Vilhena – RO
³Licenciada em Matemática – Autônoma – Vilhena - RO

RESUMO

O Orientador Educacional faz parte da equipe de gestores em uma instituição de ensino, ao lado do diretor, secretário escolar e Supervisor Escolar ou coordenador pedagógico, sendo o principal responsável pelo desenvolvimento pessoal e intelectual de cada educando, ajudando na formação dos cidadãos, em relação aos valores éticos e morais, na prevenção e resolução de conflitos. O Orientador Educacional e o professor são responsáveis pela aprendizagem e formação dos indivíduos, sendo o primeiro, responsável pelo currículo oculto. Por tratar diretamente com as funções psicológicas no âmbito escolar, esse profissional ajuda os alunos em seus conflitos interno e externo, através de investigações e estudo de caso, juntamente com o apoio da equipe escolar para resolução dos problemas. Quando necessário encaminha os educandos para outros profissionais. No desempenho de seu papel, o Orientador Escolar não tem seu foco só no aluno, mas, também, está diretamente ligado aos educadores e à equipe escolar em um todo. Por ser uma tarefa tão importante no âmbito escolar, este trabalho pesquisou a história da orientação escolar.

Palavras chaves: orientação, educacional, escola, professor, aluno.

ABSTRACT

The Educational Advisor is part of the management team in an educational institution, along with the director, school secretary and School Supervisor or pedagogical coordinator, is the main responsible for the personal and intellectual development of each student, helping in the formation of citizens in relation to ethical and moral values in conflict resolution prevention. Alongside with the teacher is responsible for the learning and training of individuals, as well as for the hidden curriculum. By dealing directly with psychological functions within the school environment, this professional helps students in their internal and external conflicts through investigations and case

study, together with the support of school staff to solve problems. When necessary, refer the students to other professionals. In the performance of its role, the School Advisor does not focus solely on the student, but also directly on the educators and the school staff as a whole. Because it is such an important task at school, this work investigated the history of the Educational Advisor.

Keywords: orientation, educational, school, teacher, student.

1 INTRODUÇÃO

A história da Orientação Educacional teve início a partir do século XVI, atrelada a Psicologia, através de psicotécnicas, relacionando aptidões dos indivíduos. Porém não se pode falar em Orientação Educacional sem fazer menção aos estudos dos primórdios da Orientação Vocacional, que teve seu começo nos Estados Unidos, no ano de 1908, com a função de aconselhamento, através da psicométrica, na evolução industrial, tendo como foco a saúde mental com novas práticas pedagógicas.

A preocupação com as instituição de ensino surgiu em 1912, em Detroit, nos Estados Unidos, através de Jessé Davis, que direcionava seu trabalho nas particularidades básicas das problemáticas da vida social dos alunos em fase escolar. Batista (2010, P. 11) esclarece que o atendimento da orientação deixou de ser apenas vocacional para lidar, também, com a problemática social, tendo como pressupostos teóricos os princípios norteadores da educação, e, na década de 40, também se incorpora a Orientação Profissional. No quadro abaixo uma pequena descrição da história da orientação escolar nos Estados Unidos, publicada por Schimdt e Pereira (1964).

Tabela 1. Evolução cronológica da história da Orientação Escolar nos Estados Unidos da América.

1895	Evolução Histórica da Orientação Educacional.
1895	Surgimento da Orientação Educacional em São Francisco.
1898	A Orientação Educacional em Boston, com Frank Parsons.
1902	1º Conferência de Orientadores Educacionais em Chicago
1912	A orientação Educacional é instituída nas organizações escolares de Detroit, com Jesse Davis
1918	Aplicação do foco da Orientação Educacional, com o estabelecimento dos

2 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

No Brasil, a Orientação Educacional teve início no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em 1924. Alguns estudiosos acreditam que as primeiras tentativas foram através do diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, Lourenço Filho, que criou o Serviço de Orientação Profissional e Educacional, em 1931, com o objetivo de orientar os indivíduos em suas escolhas profissionais. Até a década de 1920, o Brasil constituiu atividades isoladas na área da Orientação Educacional, com aconselhamentos interligados à moral religiosa.

Nesta mesma época, houve um grande avanço nos centros urbano-industrial, havendo a necessidade de novas formações para os trabalhadores. O ensino profissional começou a ser implantado pela Orientação Educacional, que adotou uma linha de aconselhamento. Na tabela abaixo, um breve histórico da orientação educacional no Brasil.

Tabela 2. Evolução cronológica da história da Orientação Escolar no Brasil.

1924	São Paulo – Brasil – Orientação e Seleção profissional com Roberto Mange.
1939	Rio de Janeiro – Brasil – 1º Serviço de Orientação Educacional na escola – Colégio Amaro Cavalcanti, com Aracy Muniz Freire e Maria Junqueira Shmidt.
1942	Brasil – Decreto – Lei nº 4.073 (Lei de Capanema) oficializa a Orientação Educacional no Ensino Industrial.
1957	1º Simpósio de Orientação Educacional.
1961	LDB da educação nacional – Lei nº 4.024/6.
1966	Porto Alegre – Fundação da Federação Nacional de Orientadores Educacionais (FENOE).
1968	Lei 5.540/68 – Formação do Orientador Educacional em nível superior.

1971	Lei. 5.692/71 – Confirma a obrigatoriedade do Orientador Educacional.
1980	Objeto de estudo: sujeito histórico – crítico e social.
1988	Filiação da FENOE á CUT.
1990	Filiação da FENOE á CNTE e extinção da FENOE.
1996	LDB – artigo 64 – formação de profissionais de educação não traz obrigatoriedade da Orientação Escolar.

As primeiras referências sobre a Orientação Educacional foram através das Leis Orgânicas de 1942, com as seguintes funções: corrigir e direcionar para atendimento os educandos com problemas; verificar como os alunos estavam sendo atendidos pela escola, conforme as normas pedagógicas; auxiliar e esclarecer aos educandos possíveis dúvidas e orientar em seus estudos, para que de uma forma solidária buscassem a sua profissionalização.

Os profissionais de Orientação Educacional tinham que ter certificado através de cursos específicos. A Orientação Educacional nos anos de 1942 a 1946, pelas leis orgânicas, tinha uma preocupação à qualificação profissional, que era definida pela política econômica do momento. Para Santos (1986), nesta época, a Orientação Educacional passou a desempenhar papel importante, pois a ABE (Associação Brasileira de Educação) passou a oferecer curso de extensão sobre Orientação Educacional em suas escolas, havendo uma necessidade em ordem social para orientações nas escolas.

Os setores eram diferenciados pela economia e forma de trabalho, com isso fez-se necessário a criação das instituições Senai e o Senac. A Orientação Educacional tornou-se obrigatória no ensino secundário, passando a primar, a Orientação Vocacional.

Os primeiros cursos na área da Orientação Educacional foram nos ensinos técnicos para formação de mão de obra especializada, porém ao mesmo tempo era de caráter terapêutico e preventivo, através da abordagem psicrométrica, que identificava aptidões e dons dos indivíduos. As leis orgânicas de 1942 a 1946 marcaram o desenvolvimento da Orientação Educacional, a preocupação era com a qualificação profissional, que redefinia a política econômica, em diferentes setores econômicos na formação de trabalhadores. Como Diz Pimenta (1981, p. 65):

São ainda promulgados, durante o Estado novo, o Decreto-lei nº 4048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI) e, após o Estado Novo, os Decretos —leis 8621 e 8622, de 10 de janeiro de 1946, que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)[...] Estes dois serviços são criados com a finalidade precípua de preparação rápida de mão-de-obra, pois que sistema educacional não possuía a infraestrutura necessária à implantação, em larga escala, do ensino profissional.

Com a criação do Senai e Senac, nesse contesto, a Orientação Educacional Ganhou visibilidade e legalidade, passando a ser obrigatória no ensino secundário, primado pela Orientação Vocacional.

O principal propósito da Orientação Educacional era o ensino técnico, para formação de mão-de-obra especializada, o caráter terapêutico, preventivo, psicometrista, qualificava aptidões e inclinações de cada indivíduo, conforme, observado na Lei de Diretrizes e Bases da educação nº 4024 de 1961.

Os primeiros orientadores foram formados pelo ensino normal, estes profissionais, por sua vez, passaram a trabalhar com o primário. Já as faculdades de filosofía formavam profissionais para o atendimento de alunos do Ensino Médio. Na lei de Diretrizes e Bases da educação nº 4024 de 1961, a Orientação Educacional vinha com o intuído de contribuir para uma formação integrada na personalidade, e seu ajuste na sociedade. As principais áreas de abrangência eram a orientação escolar, psicológica, profissional, da saúde, recreativa e no contesto familiar.

Após a ditadura militar no ano de 1964, o curso de pedagogia sofreu algumas reformulações para questões vigentes da época, onde foram criadas novas habilitações para os técnicos relacionadas à Educação. Abriram-se as habilitações dentro da pedagogia, com as disciplinas para áreas determinadas como: Supervisão, Orientação, Administração, disciplinas das matérias pedagógicas. Essas divisões dos técnicos do trabalho escolar contribuíram para que a Orientação Educacional se tornasse uma profissão. Através da Lei 5.540/68, de acordo com o parecer 252/69, foram determinadas as licenciaturas em habilitações e a formação dos especialistas de educação, (supervisor e orientador educacional, administrador e inspetor escolar), acrescentando assim, as responsabilidades desses profissionais, impondo com urgência a reformulação do curso de Pedagogia e das licenciaturas.

Em 1970 criam-se as associações de supervisores e orientadores que passam a ser considerados tecnicistas da educação. As escolas passaram a desenvolver de uma forma segura e eficiente, atividades de cunho burocrático. Na Lei de Diretrizes e Bases da educação nº. 5692 de 1971, a Orientação Educacional assume o seu papel fundamental. A lei em questão favorece mais a Orientação Vocacional no atendimento e seus objetivos no ensino. No ano de 1980, os orientadores deixam as funções de atender os alunos-problemas e passam a ser facilitadores do ensino e aprendizagem e, com o passar do tempo, seu compromisso é mais político com a escola.

As produções acadêmicas direcionadas a Orientação ampliaram-se de uma forma crítica e questionadora. Os orientadores por sua vez adotaram uma função política e comprometida com as causas sociais e, dessa forma, discutindo mais sobre o papel desta profissão na educação.

3 O SURGIMENTO DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

A Orientação Profissional teve sua origem na Europa no início do século XX, com a criação do Centro de Orientação Profissional de Munique, no ano de 1902. Objetivo da Orientação Profissional era detectar nas indústrias Florescentes, profissionais com habilidades para realizar determinadas tarefas.

O pontapé inicial da Orientação foi de 1907 a 1909, com a criação do primeiro Centro de Orientação Profissional norte-americano, o Vocational Burau of Boston, e a publicação do livro Choosing a Vocation, ambos realizados por Frank Parsons, um dos grandes percussores da Orientação Profissional, com ideias de Psicologia e da Pedagogia, preocupado com a escolha profissional dos jovens em seu país. Parsons definia três passos a serem seguidos durante o processo de Orientação Profissional: a análise das características do indivíduo, a análise das características das ocupações e o cruzamento destas informações. Desta forma, a Orientação Profissional baseava-se na promoção do autoconhecimento e no fornecimento de informação profissional. (Parson "Choosing a Vocatio" apud Carvalho, 1995)

A orientação passa a ser baseada na promoção do autoconhecimento. Em 1920 e 1930, a Psicologia Diferencial e a Psicométrica passaram a influenciar fortemente a prática da Orientação Profissional o que se deu devido ao grande desenvolvimento dos testes de

inteligência, aptidões, habilidades, interesses e personalidade durante a primeira e a segunda guerras mundiais.

Porém não existia uma teoria propriamente dita que embasassem a prática da Orientação Profissional, um modelo descrito, que buscasse mostrar à adequação do homem a profissão.

As importantes mudanças começaram a ocorrer, na prática da Orientação Profissional, a partir da década de 1940. Assim em 1942, foi publicado o livro Conseling and psychotherapy Newer Conceptis in Pratice, de Carl Rogers, que lançou as bases de sua Terapia Centrada no Cliente, aproximando os contextos de Psicoterapia e Aconselhamento Psicológico e valorizando a participação do cliente no processo de intervenção, passando a ser não diretivo.

As ideias de Rogers influenciaram enormemente a Psicologia, a Psicoterapia, o Aconselhamento Psicológico e a Orientação Profissional da época, tendo sido um dos percussores mais importantes do marco de transformação Profissional.

Surgiram em 1950 as teorias sobre a escolha profissional, que vieram dar a continuidade à mudança de novos paradigmas, iniciada na década anterior. Em 1951 foi publicado o livro Ocuppational Choice, de Ginzberg, Axelad e Herma, este livro trouxe a luz a primeira Teoria do Desenvolvimento Vocacional. Nesta teoria a escolha profissional não é um acontecimento específico que ocorre em algum momento determinado da vida, mas é um processo evolutivo, que ocorre entre os últimos anos da infância e os primeiros anos da vida adulta. Após dois anos, foi publicado: a Teoria do Desenvolvimento Vocacional, de Donald Super, centrada na realização de diversas tarefas evolutivas.

No ano de 1951 foi publicada a Teoria Tipológica de John Holland, baseada na personalidade do indivíduo. Segundo essa teoria, o interesse profissional era o reflexo da personalidade do indivíduo. Assim sendo, a definição de diferentes tipos de personalidade irão definir diferentes grupos laborais que correspondem a diferentes ambientes de trabalho. Entre as décadas de 1950 e 1960, foram publicadas Teorias Psicodinâmicas da escolha profissional, baseadas fundamentalmente na Teoria Psicanalítica, na Teoria de Satisfação das necessidades,

e na Teorias de Tomada de Decisão, mais preocupadas com o momento da escolha do que com o processo em si.

Em 1947, os objetivos do ISOP eram voltados para o desenvolvimento a métodos e técnicas da Psicologia aplicada, direcionada ao trabalho e educação. A partir daí os instrumentos dos psicólogos estrangeiros foram adaptados e validados, sendo criados, os instrumentos brasileiros.

No ano 1948 surgiu o primeiro curso de formação em Seleção da Orientação Profissional, sendo a aula inaugural proferida por Lourenço Filho. Em 1949, esta mesma instituição criou a Revista de Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, sendo a maioria das publicações da própria ISOP.

Entre 1940 e 1946, o ISOP não era modelo de referência somente na área da Orientação Educacional, mas também na área de psicologia. Desde os primórdios, a Orientação Educacional brasileira usou como ponto de referência a Teoria do Traço e Fator e em seu processo evolutivo a Orientação não Diretiva. O orientador Educacional passou a diagnosticar, e fazer prognósticos e indicações para cada perfil, de forma individual para cada cliente.

Na década de 1960, ocorreram algumas mudanças na Orientação Profissional e críticas sobre a Teoria do Traço e Fator que havia sido apontada em 1940. Portanto a mudança de paradigma da Orientação Educacional. A lei 4.119 de 27 de agosto de 1962 cria os cursos em formação de graduação em Psicologia, levando a uma modificação gradativa os objetivos do ISOP, no ano de 1970, passa a ser um órgão normativo da Psicologia, tendo o nome alterado para Instituto Superior de Pesquisa Psicologia, parando de prestar atendimento ao público; dando início a realizar formações de especialistas em docências pesquisadores de pós-graduações.

A Orientação Profissional passou a ser feita em clínicas partículas, sendo feito por profissionais graduado em psicologia clínica. Em relação processo teórico no desenvolvimento da Orientação Profissional no Brasil não foram influenciados pela Teoria do desenvolvimento de Super, pela tipologia de Holland e nem pela Teorias Psicodinâmicas das escolhas e Tomadas de Decisão profissionais.

A orientação Profissional teve influência claramente pela psicanálise realizada pelos psicólogos brasileiros, utilizando como Estratégia Clinica de Orientação Vocacional do

Psicólogo argentino Rodolfo Bohoslavsky de 1977 a 1996, foi introduzido na década de 1970, pela Maria Margarida de Carvalho.

Carvalho, que aplicou a primeira disciplina de Seleção e Orientação profissional no Brasil, no curso da Universidade de São Paulo (USP), cuja disciplina fazia parte do currículo Federal. Carvalho também fundou um grupo de Orientação Profissional (SOP) da USP em 197, devido à grande demanda fez se necessário a instituição teve que fazer algumas adaptações.

Foi através das estratégias Clínicas de Bohoslavsky que tinha como objetivo as intervenções grupais que teve como percussora no Brasil Carvalho originado assim o modelo de Orientação Profissional Brasileiro. O SOP da USP utilizava este modelo na formação de novos orientadores em suas teorias e práticas. Alguns autores começaram a definir a Orientação Profissional levando em consideração a Terapia Breve Focal de Levenfus, que de certa forma passou a substituir os caracteres pedagógicos, limitando os psicólogos em suas intervenções.

Os modelos trabalhados por Rodolfo Bohoslavsky (1977/1996), introduzida no Brasil na década de 1970 por Maria Margarida de Carvalho (1995; 2001), eram baseadas no modelo Traços e Fator, que o mesmo chamava de Estratégia Estática. A teoria de Traços e Fatos foi influenciada pela a ideia não diretiva na Terapia Centrada no cliente de Rogers, que vinha de uma Escola da Inglaterra, a psicanálise estudada principalmente por Melanie Klein, e psicologia do Ego norte Americana. No Brasil os dois testes mais utilizados são e estudados são Testes de Fotos (BBT) e o Teste Projetivo Ômega (TPO).

O BBT desenvolvido na Suíça a partir de 1961, e teve sua publicação em 1978. O teste é constituído sobre o pressuposto da teoria de Szondi (Psicologia do Destino). Este teste e fundado sobre combinações de alguns fatores hereditárias no percurso ligado às competências. Na Análise do destino, escolhe sentimentos de amor, escolha profissional.

O BBT teve início no Brasil pelo Prof. Dr. André Jacquemin, demonstrando a existência dos fatores e problemas nas escolhas de uma profissão em relação os pontos positivos e negativos. O TPO (Teste Projetivo Ômega) surgiu no departamento de Psicologia da Universidade do Rio de Janeiro no ano de 1966, o teste tem uma temática baseada no T.A. T de Murray que e um instrumento direcionado a Orientação Profissional, também utilizado em clínicas. O TPO é constituído de quatro cartões e sua aplicação e feitos de forma coletiva,

através do áudio visual como slides ou laminas, são feitos com adolescente e adultos os seus esboços lembra rabiscos de uma forma não condicional aspecto ligados ao tempo, vestimentas com objetivo de facilitar a projeção.

Os conteúdos geralmente abordam conflitos vivenciados nas dinâmicas de escolha das profissões principalmente pelos adolescentes, também aplicasse ao adulto, na identificação pessoal e sexual, a identificação no grupo que este inserido, como família e pares, relação com figura de autoridade e perspectiva do futuro. O TPO vem sido estudado pela Inalda Oliveira no curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Recife (FAFIRE). Os testes são comercializado pelo Centro Editorial de Testes e Pesquisa em Psicologia e o TPO pelo Centro de Psicologia Aplicada (CEPA).

Apesar da grande contribuição da proposta da Bohoslavsky em sua abordagem Clínica em Orientação Profissional, outros modelos vêm dando sua contribuição para Orientação Profissional no Brasil. Entre estas teoria tem tido destaque a Teoria do Desenvolvimento Vocacional Donald Super, teve sua primeira publicação de 1957, definindo a escolha profissional como um processo que ocorre durante toda a vida, da infância a velhice, através dos estágios de desenvolvimento vocacional pautada no desenvolvimento de tarefas evolutivas.

Em 1959, foi publicada a Teoria Tipológica de John Holland, o foco desta teoria eram reflexos sobre a personalidade do indivíduo, caracteriza nas diferenças entre grupos laborais e diferentes ambientes de trabalho através da personalizada do indivíduo. Na mesma década de 1950 e 1960, foram publicadas as Teorias Psicodinâmicas da escolha profissional, fundadas na Teoria da Psicanálise e na Teoria de Satisfação das Necessidades, e Teorias de Tomada de Decisão, tendo em vista o processo da escolha em si próprio, a Teoria de Super e Holland são as mais pesquisas na atualidade.

O desenvolvimento da Metodologia da Aprendizagem foi desenvolvido por Maria da Glória Hissa e Marita Pinheiro, com base em Bohoslavsky, Pichon-Riviére, Perls, Piaget e Paulo Freire, tendo característica psicopedagógicas com objetivo centrado na aprendizagem que media o grau de desenvolvimento vocacional do indivíduo.

No década de 1970, teve várias tentativas e criação de instrumento em relação a maturação vocacional. Em 1994, kátia Neiva, criou a primeira versão de mensuração da maturidade vocacional, instituída a Escala de Maturação para Escolha Profissional(EMEP), a

escala construída para trabalhar diretamente com alunos do ensino médio, baseada nos modelos de maturação vocacional, a sua primeira publicação para o comercio foi em 1999 pela editora Vetor Editora.

Outros paradigmas dentro da Orientação vem sendo explorado como a indecisões, promovendo autoconhecimento e conhecimento do mundo do trabalho, através de experimento e descoberta. O instrumento multidimensional de mensuração de exploração vocacional, Career Exploration Survey, de Stumpf, Calorelli e Hartamn, a partir da tradução vem sendo feito adaptação para os alunos do ensino médio brasileiro. Outra teoria que vem sido bastante utilizada no Brasil é a Tipologia de Holland. A universidade do Vale dos Sino(UNISINO), no Rio Grande do Sul, fez adaptação para o Brasil através de instrumentos canadense a partir do autor Armando Marocco sobre a teoria de Holland. O teste Visual de Interesses, de Tétreu e Trahan. O TVI é um teste não –verbal para medir os interesses, composto de 102 dispositivos utilizado de atividades profissionais, representados por seis tipos de personalidade do modelo de Holland.

O teste foi publicado UNISINOS e comercializado pela própria faculdade, também foi construído um Inventário de levantamento das dificuldades da Decisão Profissional (IDDP) o instrumento baseado Holland. O paradigma Ecológico em Orientação Profissional foi desenvolvido por Jorge Sarriera, na Faculdade Católica do Rio Grande do Sul, a Panifícia. Segundo este paradigma visa a importância do indivíduo com o meio social que está inserido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Orientação Educacional vem trazida pela sua historias pautadas em suas origens de suas teorias e praticas. A Orientação Educacional veio passando por varias transformação devido à necessidade de cada época.

A Orientação passa a ser adequada juntamente com a esfera politica e social. Com os avanços tecnológicos às informações acabam chegando de uma forma rápida aparecendo assim novos contextos sociais, culturais, históricos e político.

Os educandos estão inseridos aos novos tempos, portanto a Orientação Educacional tem que acompanhar as novas mudanças e redefinir sua prática constantemente debruçando sobre as novas analise e reflexões contemplando os quadros educacionais. A escola precisa preocupar-se com todos os aspectos na busca de novos paradigmas, e imprescindível esta atenta para manter os discursos com suficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFOPE/ANPED, 10/09/2004, apresenta Documentos enviados ao Conselho Nacional de Educação visando elaboração das Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia. Disponível em: http://aprender.unb.br/mod/discss.php?d=1558, acesso em 08/08/2008.

BATISTA, Iriam Polini. **Atribuições do Orientador Educacional: Uma análise do Real e Ideal na prática do Orientador Educacional.** 2010. 11f. Dissertação (mestrado) — Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, RJ.

Bohoslavsky, R. (1996). **Orientação vocacional: A estratégia clínica** (J. M. V. Bojart & W. M. A. Penteado, Tradução). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1977)

Carvalho, M. M. J. (1995). **Orientação Profissional em grupo: Teoria e técnica**. Campinas: Editorial Psy.

MASSALAI, LOCIMAR. Entre traumas, lações e nós: uma análise do discurso de orientação educacional. Araraquara, SP: Ed. 42, 2014. 1º edição.

PIMENTA, Selma Garrido. **Orientação Vocacional e Decisão – estudo crítico da situação no Brasil.** São Paulo. Ed, Loyola. 1981, 2º edição.

Rogers C. (1977b). **O funcionamento ótimo da personalidade** (Vol. 1, pp.255-272). In C. Rogers & M. Kinget. (Eds.), Psicoterapia e relações humanas. Belo Horizonte: Interlivros.

SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares dos (1986): **Encontros e Congressos Brasileiros de Orientação Educacional: Uma Instância Educativa**, 1986. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação e Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. MG.